

Da universidade à pluriversidade: Reflexões sobre o presente e o futuro do ensino superior

Manuela Guilherme & Gunther Dietz entrevistam
Boaventura de Sousa Santos*

Boaventura de Sousa Santos é Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e *Distinguished Legal Scholar* da Universidade de Wisconsin-Madison. É Director do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.

Dirige actualmente o projecto de investigação *ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: Definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências do mundo* (2011-16), um projeto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), o mais prestigiado e competitivo financiamento europeu para a investigação científica de excelência. O projeto ALICE visa repensar e renovar o conhecimento científico-social à luz das Epistemologias do Sul, propostas por BSS, com o objetivo de desenvolver novos paradigmas teóricos e políticos de transformação social (<http://alice.ces.uc.pt/>).

É autor de uma vasta obra, da qual salientamos para o interesse desta entrevista: (2014), *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder - London: Paradigm Publishers.

(2013), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade - 9ª edição revista e aumentada*. Coimbra: Edições Almedina.

Santos, B. S. & Chauí, M. (2013), *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez Editora.

(2010), *Refundación del Estado en América Latina. Perspectivas desde una epistemología del Sur*. Buenos Aires: Editorial Antropofagia.

(2009) (org.), *As Vozes do Mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, B. S. & Filho, N. de Almeida (2008), *A Universidade no Século XXI. Para uma Universidade Nova..* Coimbra: Edições Almedina.

(2007) (org.), *Another Knowledge is Possible. Beyond Northern Epistemologies*. Londres: Verso.

(2007) (org.), *Cognitive Justice in a Global World: Prudent Knowledge for a Decent Life*. Lanham: Lexington.

* A versão portuguesa desta entrevista deve-se à sua versão original incluída no número especial *Winds of the South* da revista *Arts and Humanities in Higher Education* (a publicar em 2016) e foi traduzida por Manuela Guilherme.

A Europa produziu, durante os últimos séculos, um modelo para a universidade moderna que exportou para as suas colónias e não só. Actualmente, as instituições de educação superior estão a ser pressionadas por duas forças contrárias que, nas suas próprias palavras, podem ser descritas como sendo:

O "conhecimento universitário" que é a base de um modelo hegemónico universalizador que, na nossa opinião, também trai o modelo tradicional da universidade moderna europeia;

O "conhecimento pluriversitário" que promove os saberes ecológicos, plurais e contra-hegemónicos.

Em consequência, gostaríamos de lhe colocar as seguintes perguntas:

As tendências transformadoras que identifica no seio da universidade para o século XXI apontam para um panorama muito diverso, mas também contraditório. Como vê, e/ou prevê, a coexistência, por um lado, de um impulso para a internacionalização e transnacionalização dos sistemas de educação superior e, por outro lado, o impulso, até certo ponto oposto, para interculturalizar, regionalizar e localizar uma universidade linguística e culturalmente relevante?

Boaventura Sousa Santos (BSS): As duas tendências coexistem mas não com igual intensidade. A tendência para a transnacionalização é, de longe, o factor dominante. É promovido pelas forças que apostam em converter a educação universitária num serviço altamente rentável para o investimento de capital. Decorre, na maior parte dos países, do sub-financiamento das universidades públicas e das necessidades evidentes de mão-de-obra qualificada para o capitalismo global. Esta constitui uma das dimensões do que chamamos a neoliberalização da universidade. As outras dimensões são: as classificações (*rankings*) globais das universidades; a emergência das universidades globais e o licenciamento (*franchising*) de cursos e graus; a normativização (*streamlining*) da docência e da investigação a partir de indicadores quantitativos; a gestão de universidades como um outro negócio qualquer.

A segunda tendência começou como um movimento reformista ofensivo impulsionado por dois tipos de transformações. Por um lado, os grupos sociais que lutavam pelo reconhecimento da diferença cultural, histórica, sexual, regional e etno-racial. O modelo universitário masculino, colonialista, monocultural e eurocêntrico (que presidiu à criação das universidades a partir do século XIX) gerou culturas institucionais e inércias que bloquearam activamente esse modelo. No entanto, por meio do activismo político e educacional desses grupos, foi sendo gradualmente aceite e considerada legítima uma maior diversidade, que veio a ser apelidada de pluralismo interno da ciência permitindo que novos programas de investigação se tivessem tornado cada vez mais credíveis. Por

outro lado, os movimentos sociais e grupos de cidadãos foram exigindo que o conhecimento científico se envolvesse mais directamente na solução de problemas que afectavam as suas vidas. As universidades tinham promovido uma arrogante cultura de distância e de indiferença em relação aos problemas concretos da cidadania. O activismo de cidadãos, em articulação com cientistas empenhados, conseguiram colocar a busca de relevância e responsabilidade social na agenda política universitária. É assim que surge a outra dimensão de pluralismo interno da ciência. Em ambos os casos, o conhecimento científico iniciou um contacto mais próximo com outros saberes e, por vezes, reconheceu a sua validade, uma validade "local", sempre confinada aos limites de uma experiência social onde esses modos de conhecimento-não-académico tinham sido gerados. Constatamos que esta segunda tendência perdeu energia nas últimas duas décadas e se encontra agora na defensiva. A crise financeira é invocada, em todo o mundo, com o intuito de destruir a diversidade e a diferença; a relevância é transvestida numa palavra de ordem que legitima o subfinanciamento das ciências básicas e das ciências sociais e humanas e para desviar fundos para áreas de interesse para a acumulação capitalista – ciência aplicada ao desenvolvimento de produtos – que se tem tornado a nova prioridade e que tem modificado irreconhecivelmente as universidades.

Se o valor do conhecimento continuar a ser transformado em valor de mercado, ao ritmo actual, suspeito que, em algumas décadas, a universidade como nós a conhecemos será coisa do passado. Temos de nos preparar para a refundação da universidade.

Devido à cada vez menor intervenção estatal, a nível nacional, na direcção e financiamento das universidades e dos programas de investigação, que acontece por todo o mundo, a educação superior está cada vez mais à mercê da globalização hegemónica e do capitalismo neoliberal. Até que ponto considera que os programas de extensão universitária e comunitários podem reverter esta tendência, no sentido de uma produção de conhecimento mais democrática no próprio terreno, e que aqueles devem ser também adoptados pelas universidades públicas tradicionais, e seus centros de investigação, pela Europa e outros?

BSS: Os programas de extensão universitária e comunitários que mencionam fazem parte do movimento de resistência que referi em cima. Com muita coragem, algumas universidades continuam a promovê-los e até a expandi-los. Mais do que nunca, este é um movimento contra-hegemónico e, certamente, deveria ser seguido por um número de universidades cada vez maior. Mas, como disse, o ambiente institucional e financeiro nas universidades vem conspirando para sufocar todos esses programas.

Ao promover as “Epistemologias do Sul” (Epistemologies of the South) o Boaventura afirma que um sentimento de exaustão assombra a tradição crítica ocidental eurocêntrica (“a sense of exhaustion haunts the Western, Eurocentric critical tradition”), que foi o pilar principal na fundação das Humanidades nas universidades ditas clássicas em todo o mundo. Que impacto pode este quadro conceptual, baseado numa “ecologia de saberes” e incorporando a perspectiva do conhecimento gerado pelas epistemologias do Sul, ter no futuro papel das Humanidades no ensino superior?

BSS: A proposta das Epistemologias do Sul que tenho vindo a defender poderia contribuir para a refundação da universidade para que apelei acima. Estamos a entrar num período em que formas de desigualdade social e de discriminação social moralmente repugnantes estão a tornar-se politicamente aceitáveis, ao mesmo tempo que as forças sociais e políticas que costumavam desafiar este estado de coisas em nome de alternativas sociais e políticas estão a perder energia e, em geral, parecem estar, em todo o lado, na defensiva. Em geral, as ideologias modernas de contestação política têm sido co-optadas pelo neoliberalismo. Há resistências, mas têm ocorrido, cada vez mais, fora das instituições e não por meio da mobilização política a que estávamos habituados anteriormente: partidos políticos e movimentos sociais. A política dominante executada numa articulação entre o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, tem vindo a assumir uma dimensão epistemológica na medida em que se tem proposto eliminar qualquer alternativa e desacreditar qualquer conhecimento alternativo (incluindo o conhecimento científico alternativo) que fundamente essas alternativas políticas. A política dominante torna-se epistemológica quando consegue ser credível ao reclamar como único conhecimento válido aquele que ratifica o seu domínio. Neste *Geist* épocal, parece que a saída para este impasse se fundamenta na emergência de uma nova epistemologia que seja explicitamente política. Isto significa que a reconstrução ou reinvenção de uma política confrontacional exige uma transformação epistemológica. Como costumamos dizer, não precisamos de alternativas: precisamos de um pensamento alternativo de alternativas. As epistemologias do sul – ao privilegiar conhecimentos (sejam eles científicos ou artesanais/práticos/populares/empíricos) que surgem das lutas contra a dominação – são parte dessa transformação epistemológica. Do meu ponto de vista, uma nova, polifónica, universidade (ou melhor, pluriversidade) pode emergir à medida em que esta transformação se desenrola. Não há certeza de que tal ocorra. Mas no caso de ocorrer, ousa pensar que as epistemologias do sul venham a desempenhar um papel de relevo. Eu posso apenas contribuir com uma espécie de consciência antecipatória, colocando o futuro ante os nossos olhos, como se estivesse aqui e agora.

Essa tomada de consciência fundamenta-se nas ideias seguintes.

Para lá de um certo patamar, a tensão entre o conhecimento com valor de mercado e o conhecimento sem valor de mercado conduzirá a uma divisão política e institucional no seio da própria universidade, tal como a conhecemos. De aí em diante e por um período de tempo incerto, as universidades tornar-se-ão entidades duais, com experiências educativas contrárias, com uma gestão que dificilmente se conseguirá sustentar com consistência. Assumindo que o neoliberalismo não conseguirá atribuir um preço em todo e qualquer item de conhecimento, a ruptura educativa acabará por destruir tanto a ideia do conhecimento pelo conhecimento como a ideia da equivalência entre a objectividade científica e a neutralidade científica. Tornar-se-á evidente que a produção de conhecimento e a formação universitária ou está a favor ou contra a mercantilização do conhecimento e os investigadores e professores sentirão “na pele” as consequências desta bifurcação. De aí em diante, a questão ‘de que lado estás’ será inevitável. Muito provavelmente, os campos de conhecimento sem valor de mercado concluirão que não têm hipótese de sobrevivência se continuarem a definir-se pela negativa, isto é, em termos do que não são (conhecimentos que não têm valor de mercado) e procurarão definir positivamente as suas identidades, valores e objectivos. Esta auto-reflexividade ajudá-los-á a concluir que a sobrevivência dos seus trabalhos académicos depende da sua capacidade de questionar a tendência, aparentemente avassaladora, para a mercantilização do conhecimento e a industrialização capitalista da universidade. Para que tenha alguma eficácia, este debate terá de incorporar a contestação das forças sociais e dos poderes políticos que alimentam e se alimentam dessa tendência. No entanto, devido ao crescente isolamento social da universidade, a auto-reflexividade dos académicos nunca será bem-sucedida se permanecer no seu interior, como se fora um assunto só da universidade, a ser tratado apenas por académicos. Sem aliados no exterior, os académicos que se posicionem anti-mercado serão facilmente dominados pelos académicos pró-mercado.

A universidade, tal como a conhecemos, pode terminar neste momento, a menos que os académicos não-orientados-para-o-mercado consigam levar a sua luta para fora das paredes da universidade e encontrem ou estabeleçam alianças na sociedade, em sentido amplo.

Isto pode, na verdade, tornar-se possível porque o colapso da ideia de neutralidade científica abrirá espaço para que se possa ter em consideração outros parceiros na busca de conhecimento não-comercializável. Estes grupos são os que lutam contra as mesmas estruturas de poder que impuseram a mercantilização do conhecimento e da formação universitários, isto é, o capitalismo cognitivo. São grupos sociais subalternos que têm sofrido as consequências do

capitalismo cognitivo nas suas experiências de vida e estão assim vitalmente interessados em lutar contra essas estruturas. São grupos social e culturalmente muito diversos e as suas experiências de exclusão, injustiça e discriminação são igualmente diferentes. Tal diversidade e diferença entre grupos subalternos deriva do facto de que o capitalismo opera na sociedade em articulação com dois outros tipos de dominação: colonialismo e patriarcado. Para além disso, estes três tipos de dominação recorrem muitas vezes a formas de dominação satélites ou complementares, baseadas em diferenças geracionais, culturais, religiosas ou regionais, de modo a dividir ainda mais os grupos subalternos e, assim, reforçar o seu poder.

Surge então a questão: em que termos seria possível uma aliança ou coligação entre os investigadores e professores do conhecimento não-mercantil e os grupos sociais que lutam contra as forças sociais que têm forçado a mercantilização do conhecimento? Se acontecer, essa aliança não será pioneira. Teorias críticas modernas, nomeadamente o marxismo, já tentaram essa aliança ou coligação. Podemos questionar os resultados, mas a aliança tem estado inegavelmente em cima da mesa. Verdadeiramente novos seriam contudo os termos dessa aliança. Enquanto que a aliança cognitiva anterior se estabeleceu nos termos ditados pelas ciências sociais e humanas modernas críticas, a nova aliança terá de ser negociada em termos novos: como uma conversa sobre os méritos relativos dos diferentes tipos de conhecimentos (no plural): conhecimentos científicos e eruditos bem como conhecimentos não-científicos, artesanais, empíricos, populares, dos cidadãos. Porquê deste modo? Porque, entretanto, com o colapso da equação entre objectividade e neutralidade, a ciência perdeu a sua aura de validade única, da exclusividade do rigor; a crise epistemológica assim produzida abriu o espaço para os grupos não académicos exigirem que seja reconhecida a legitimidade dos conhecimentos que emergem das suas práticas sociais.

Isto significa que as alianças políticas do futuro terão uma dimensão epistemológica e que esta dimensão será caracterizada por uma articulação ou combinação de diferentes tipos de conhecimento com relevâncias diferentes. As difíceis tarefas que essa articulação/combinação envolve são a *raison d'être* das epistemologias do sul. As cinco principais orientações, aqui enunciadas e que são especialmente dirigidas para estimular estas tarefas: - a sociologia das ausências, a sociologia das emergências, a ecologia dos saberes, a tradução intercultural e o artesanato das práticas (veja-se *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. Boulder, Paradigm Publishers, 2014). Tomadas em conjunto, elas tornam possível uma nova conversa da humanidade, como diria John Dewey, uma conversa que esperamos seja mais bem sucedida do que a actual no

sentido de unir os vários grupos oprimidos e subalternizados na sua luta contra a opressão e a dominação.

As epistemologias do sul não construirão, por si sós, essas alianças tão necessárias. Elas dar-lhes-ão credibilidade e força, uma vez iniciadas.

Surgem duas questões neste ponto.

Primeiro, que grupos de académicos (investigadores e professores) poderão estar interessados nestas alianças epistemológicas?

Segundo, que forma institucional elas tomarão?

No que se refere à primeira questão, os académicos das humanidades e das ciências sociais críticas serão os mais prováveis impulsionadores ou aderentes a estas alianças. Mas aqueles académicos das ciências naturais e da vida que têm oferecido resistência ao capitalismo cognitivo estarão igualmente interessados nessas alianças. No caso destes últimos, a opção será mais complexa porque se tomará num terreno de elevada contestação, no qual o pluralismo interno da ciência assume um carácter violentamente confrontacional, envolvendo estratégias muito problemáticas e tremendamente não-científicas. Para dar um exemplo, actualmente as ciências agrónomicas estão profundamente divididas entre o sector (francamente dominante) que gera conhecimento e tecnologias para a industrialização da agricultura (a sua investigação é frequentemente paga pela Monsanto e outras multinacionais do agro-negócio) e o sector que demonstra os riscos envolvidos nos OGMs e nos fertilizantes tóxicos (riscos para a saúde, ambiente, biodiversidade, sociedade) e, portanto, defendendo não só a saúde dos consumidores mas também a agricultura camponesa, familiar, de pequena propriedade, contra a desocupação de terras, a expulsão de camponeses e povos indígenas e o agro-negócio. O segundo sector poderá estar interessado nas novas alianças políticas e epistemológicas. Tornar-se-ão estes académicos num novo tipo de intelectuais: tradutores de diferentes conhecimentos? Especialistas em mestiçagem cognitiva descolonial? Académico que estão tanto à-vontade em ambientes universitários como em ambientes populares? Intelectuais de retaguarda em vez de intelectuais de vanguarda?

No que respeita à segunda questão, é impossível prever a forma institucional dessas alianças, se alguma vez acontecerem. Muito provavelmente, haverá uma pluralidade de soluções ou contextos institucionais. Eu tenho sugerido que uma nova universidade polifónica será um terreno onde as ecologias de saberes encontrarão um campo onde os académicos e os cidadãos interessados em lutar contra o capitalismo e os seus meios satélites de dominação (sobretudo o colonialismo e o patriarcado) irão colaborar para trazer a terreno os diferentes saberes, com o maior respeito pelas suas diferenças e procurando as convergências e

articulações. O seu objectivo é abordar assuntos que, apesar de não terem valor de mercado, são relevantes cultural, política e socialmente para as comunidades de cidadãos e os grupos sociais. Será que o sector não-mercantilizado da universidade se tornará um novo tipo de universidade popular? Um novo tipo de conhecimento pluriversitário no qual o conhecimento artesanal será levado mais a sério e do qual poderão emergir saberes mestiços e descoloniais, anti-capitalistas e anti-patriarcais? Os contextos não-universitários podem também vir a realizar tarefas cognitivas exigidas pelas lutas sociais.

Seja como for, eu acredito que a ecologia de saberes e a tradução intercultural serão os dois pilares dos novos projectos da universidade. Elas estarão na primeira linha de uma nova política do conhecimento.

Como pode uma ecologia de saberes incluir e institucionalizar os actores, até agora excluídos, tais como os intelectuais indígenas e afro-descendentes e os sábios dentro das universidades existentes? Ou será necessário criar como já acontece novas e paralelas universidades indígenas ou interculturais, sem transformar as que já existem?

BSS: Como sugeri em cima, estamos a caminho de um período de contingência educativa durante o qual novos problemas não serão solucionados com velhas receitas. Novos desafios exigirão um pensamento alternativo sobre as próprias alternativas. A experimentação educacional já começou apesar do processo de mercantilização. Sabemos que algumas universidades convencionais estão a adoptar muito seriamente a ecologia de saberes em campos tais como a saúde e o direito. Grupos historicamente excluídos estão a entrar, em números significativos, no sistema de ensino superior em países como o Brasil, Índia e África do Sul. Muito em breve esta inclusão se revelará como uma nova e mais insidiosa forma de exclusão se os currículos, a sociabilidade na sala de aula e a gestão escolar não se alterarem de modo a que os recém-chegados se sintam à-vontade e não em território hostil.

Mas, claro que, por um período longo, a universidade convencional será ainda uma mistura tensa entre o velho e o novo. Projectos mais avançados de interculturalidade e de ecologia de saberes darão origem a instituições paralelas, e tal já está a acontecer.

Que mudanças estruturais pensa serem necessárias de modo a permitir que um diálogo de saberes tenha lugar dentro do actual ensino superior?

BSS: É difícil especificar, com detalhe, o tipo de mudanças estruturais, no entanto, algumas questões darão sentido às mudanças que devem ser feitas. Pode o conhecimento oral ser ensinado como oratura (na mesma base que a literatura) em vez de ser como tradição oral desqualificada? Podem pessoas, sem doutoramento mas reconhecidas pela sua prática, fazer parte dos júris de doutoramento e mesmo avaliar a investigação dos doutorados? Pode a linha abissal que dividiu, e ainda divide, o mundo entre sociedades/sociabilidades metropolitanas e sociabilidades/sociedades coloniais ser considerada e investigada? Terá esta investigação a capacidade de conduzir a mudanças estruturais nas universidades onde se realize? Pode a sala de aula ser polifónica ao envolver dois professores, o científico e o artesanal? Poderão os livros, e outros materiais didácticos, ser co-autorados por professores dos dois tipos? Quanto tempo passariam professores e estudantes dentro e fora da universidade? Que nova porosidade entre os espaços de vida e os espaços de formação?

A breve prazo, terá a ver com a construção de uma contra-universidade dentro da universidade, aproveitando todas as oportunidades para inovar nas margens. Isto vai requerer uma gestão inovadora e inteligente das contradições institucionais, aberta a uma universidade cada vez mais heterogénea, dividida entre as áreas de mercado-como-se fosse-o-céu e as áreas de mercado-como-se fosse-o-inferno.

Quais são, em sua opinião, os aspectos comuns e divergentes mais salientes entre o ideal europeu da universidade pública, iluminada pelas ideologias socialistas do século passado, e as universidades comunitárias interculturais/indígenas recentemente fundadas na América Latina?

BSS: Uma nota de precaução é que cada um dos tipos de universidade que mencionam permite muita diversidade interna. As ideologias socialistas variam entre inspirações anarquistas e marxistas, enquanto que as universidades interculturais emergem de iniciativas localizadas (tais como a Unitierra in Chiapas, a Escola Florestan Fernandes no Brasil, a Amauta Wasy no Equador e muitas outras) ou são criadas pelo estado (nomeadamente na Bolívia). Em comum, partilham o esforço pela democratização do conhecimento e pela produção de conhecimentos que respondam directamente às necessidades e culturas das classes populares. Diferem na medida em que o primeiro tipo era monocultural e orientado pela ciência enquanto que o segundo é mais sensível à interculturalidade e às ecologias do saberes, para as quais eu tenho chamado a atenção.

Para finalizar, está a coordenar um grande projecto ERC avançado, o ALICE, que se propõe “conhecer com a diversidade de conhecimentos do mundo”. Quais são as conclusões que estão a surgir dos vossos trabalhos no que se refere a um pensamento alternativo sobre as alternativas e as novas trocas epistemológicas que o projecto propõe?

BSS: O projecto Alice (www.alice.ces.uc.pt) começou a partir de duas hipóteses: (1) a compreensão do mundo é muito mais ampla, em muito, do que a compreensão ocidental do mundo; (2) a experiência cognitiva do mundo é extremamente diversa e a prioridade absoluta que foi dada à ciência moderna causou um epistemicídio (a destruição de todos os conhecimentos rivais apelidados de não-científicos) que agora exige reparação. A ideia fundadora subjacente ao projecto é que não haverá justiça social global sem justiça cognitiva global. O projecto ainda está ser implementado, mas posso referir algumas conclusões. Limito-me às conclusões mais gerais, uma vez que as mais detalhadas precisam de um nível de especificação que seria desapropriado aqui:

1 – Não deveremos esperar que o Sul epistémico anti-imperial dê lições ao Norte global. Depois de cinco séculos de contactos assimétricos e de mestiçagens, é mais correcto pensar em modos policêntricos e em lugares plurais de aprendizagem e desaprendizagem, de tal modo que a resistência contra a injustiça, a exclusão e a discriminação forçadas sobre o Sul global pelo Norte global, patriarcal, colonialista e capitalista possa ser considerada como a sala de aula global. A credibilidade de qualquer modo de conhecer será medida pela sua contribuição para o fortalecimento da resistência e o impedimento da resignação. Deste modo, as experiências sociais serão coligidas e valorizadas de modo capacitante, isto é, à luz do contributo para reforçar as lutas sociais contra as formas modernas de dominação.

Para situar a resistência e a luta no centro das comunidades epistemológicas emergentes não implica, de modo algum, que os grupos sociais de oprimidos sejam tomados em conta apenas enquanto lutem e resistam. Este significaria um reducionismo moderno inaceitável. As pessoas fazem outras coisas para além de resistir e lutar; gozam a vida, apesar das condições precárias, celebram e nutrem a amizade e a cooperação; e algumas vezes decidem também não resistir e desistir. Para além do mais, as relações de dominação também envolvem outras relações que não as de dominação. As lições a aprender das suas vidas tomam tudo isto em consideração. O enfoque na resistência e na luta tem por objectivo expandir as possibilidades para esse novo, e tão necessário, conhecimento confrontacional. A experiência acerca das lutas pela liberdade enriquecerá a perspectiva global sobre as lutas em curso e futuras.

2 – A ideia de desaprender e aprender de modos e lugares policêntricos não significa que a auto-reflexividade profunda a ser realizada pelo Norte Global e no Sul Global sejam as mesmas. À luz do epistemicídio histórico, a auto-reflexividade no Norte Global deve focar-se na ideia e no valor da diversidade, no reconhecimento de diferentes modos de conhecer e de ser. Deve incluir a reflexão sobre a experiência não-ocidental da espiritualidade. Espiritualidade, não religião, antes, o transcendente *no* imanente. No Sul Global, depois de tanta expropriação e violência, a auto-reflexividade deve focar-se no modo de representar o mundo, como se este fosse próprio e não imposto, e de o transformar de acordo com as prioridades endógenas. Deve incluir a auto-estima por tanta resiliência em face da adversidade.

3- A linha abissal que divide o mundo entre sociedades/sociabilidades metropolitanas e sociedades/sociabilidades coloniais é tão prevalente hoje como no tempo do colonialismo histórico. As guerras civis, o racismo feroz, a violência contra mulheres, a vigilância massiva, a brutalidade policial, os refugiados a cruzar a Europa – testemunham a presença multifacetada da linha abissal. Os que estão do outro lado da linha não são verdadeira ou completamente humanos e, portanto, não são tratados como se fossem humanos. Enquanto a linha abissal não for confrontada, não é possível uma verdadeira libertação. Na modernidade ocidental não existe humanidade sem sub-humanidade e des-humanidade.

4 – As ecologias de saberes e os exercícios de tradução intercultural têm uma importância crucial para aumentar o inter-conhecimento e o reconhecimento mútuo. Podem ocorrer em contextos muito diferentes. Um deles tem sido utilizado, com grande sucesso, pelo projecto Alice: as oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS): <http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php?lang=PT>

A UPMS abre espaço para a auto-educação e auto-transformação através de uma escuta profunda. Exige o des-pensar como condição para o conhecimento colectivo que pode ser útil para comunidades e grupos sociais. Diálogo, escuta profunda, são elementos nucleares para perceber outras racionalidades e outros paradigmas epistemológicos.

A UPMS foi proposta por mim no Forum Social Mundial em 2003 e desde então têm sido organizadas muitas oficinas em várias regiões do mundo. Até agora, o próprio projecto ALICE promoveu a organização de mais do que dez oficinas da UPMS.

5 – A maior parte do conhecimento que circula no mundo e é relevante para as vidas das pessoas é oral. Contudo, as nossas universidades valorizam quase exclusivamente conhecimentos escritos. Conhecimentos escritos (ciências

e humanidades) podem ser preciosos se integrados nas ecologias de saberes. Mas têm de ser des-monumentalizados, oralizados, por assim dizer, sempre que possível. Tenho confirmado que as minhas “Conversas do Mundo” com ativistas e académicos são, no segundo caso, uma boa maneira de des-monumentalizar o conhecimento. Pode ter-se acesso a essas Conversas em:

<http://alice.ces.uc.pt/en/index.php/globallearning/conversations-of-the-world/?lang=pt>

Para lá de um certo patamar, diferentes modos de saber requerem diferentes modos de ser. As Epistemologias do Sul exigem novas ontologias.

7 – Sob certas condições de capitalismo, colonialismo e patriarcado não é possível uma democracia de alta intensidade. Democracia é qualquer processo cultural, político, económico ou social através do qual relações de poder desigual são transformadas em relações de autoridade partilhada. Mesmo uma forma de democracia de baixa intensidade, como o é a democracia liberal, está a ser descaracterizada, ou mesmo posta de lado, sempre que isso é exigido pelos imperativos da acumulação capitalista. Experiências de formas diversas de democracia estão a ser implementadas em todo o mundo e deveriam ser suficientemente valorizadas. Não há uma forma única de democracia, há demodiversidade. Deveríamos ensinar a democracia na perspectiva dos escravos e trabalhadores escravizados; deveríamos ensinar cidadania na perspectiva dos não-cidadãos.

8 – A centralidade da resistência e da luta exige novas conceptualizações do político. As disciplinas e as categorias analíticas desenvolvidas pelas ciências modernas e as humanidades impedem-nos de identificar e valorizar o artesanato de práticas de resistência. Nesse artesanato reside o que chamamos a sociologia das emergências, um dos conceitos-chave das epistemologias do sul. Como aprender e ensinar a sociologia das ausências (produzidas pela linha abissal) e a sociologia das emergências (o ainda não, o futuro sob a forma de presente)? Como reconhecer e valorizar a narrativa dos esquecidos, a voz dos silenciados, a linguagem do que foi tornado impronunciável.

9 – As economias solidárias sociais que proliferam no Sul Global anti-imperial, na maior parte dos casos lideradas por mulheres, são os sinais do futuro e não resíduos do passado, pois são vistas como ideologias alternativas ao desenvolvimento capitalista. Elas proclamam, aqui e agora, as possibilidades humanas para além do capitalismo, colonialismo e patriarcado. São utopias concretas, exemplares, do artesanato das práticas de resistência.